

Saúde faz lobby para ter

Campanha pelas 30 mil assinaturas, para emenda

CIDADE

ANC 88
Pasta 22 a 26
Maio/87
091

vez na Constituinte

ser analisada, começa hoje no Senado

Representantes de sindicatos, associações profissionais, centrais sindicais e partidos de esquerda deflagram hoje, às 16h, no plenário do Senado, campanha de coleta das 30 mil assinaturas que garantirão a análise pela Assembleia Nacional Constituinte do seu projeto de Emenda sobre o sistema nacional de saúde. O projeto é subscrito por 44 entidades aglutinadas no Plenário Nacional pela Saúde na Constituinte e reúne proposições inovadoras que ampliam o conceito de saúde e deverão render muita polêmica, por reacenderem temas explosivos, como a atuação das empresas privadas no setor.

—A intenção do projeto de Emenda é fixar na nova Constituição um conjunto de normas que obriguem o Estado a assumir definitivamente o papel de provedor da assistência à saúde da população, segundo conceitos bem pouco ortodoxos que jamais apareceram antes no aparato legal que rege o assunto atualmente. “Nós queremos que fique muito claro na próxima Constituinte as questões que são tratadas muito vagamente, em três ou quatro artigos, na atual Constituição. O direito à saúde, para nós, implica em uma série de outros direitos”, explicou Carlos Saraiva, vice-presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília e da Federação Nacional dos Médicos, entidades que representa na Plenária.

O artigo 1º do projeto não deverá sofrer objeções, por determinar algo consensual: “A saúde é um direito inalienável da pessoa humana, sem qualquer fator de discriminação, sendo assegurado pelo poder público constituído a toda população do País. No parágrafo 1º, contudo, aparecem inovações cujo caráter progressista deverá esbarrar na resistência dos políticos comprometidos com uma visão conservadora do que seja saúde.

Para a Plenária, o direito à saúde implica em uma série de reformas sociais, hoje com pro-

jetos específicos do Governo a (tentar) promover sua implantação e que não conseguem avançar exatamente pela resistência oposta por setores sociais e políticos conservadores. Exemplo: a reforma agrária. E o acesso à terra e aos meios de produção figura como o primeiro dos “direitos fundamentais” em que implica o direito à saúde, na proposta de Emenda aprovada pela Plenária.

Além destes, configuram direito à saúde “condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer”; “respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental”; “desenvolvimento do saneamento básico domiciliar, inclusive no caso de habitações subnormais até que seja realizada sua total erradicação através da reforma urbana”; “informações sobre o risco de adoecer e morrer, incluindo condições individuais e coletivas de saúde”; “recusa ao trabalho em ambientes insalubres, perigosos ou que representem risco grave ou iminente, enquanto não forem adotadas medidas para sua eliminação, sendo vedada qualquer punição ou redução de remuneração”; e “opção quanto ao tamanho da prole”.

Carlos Saraiva considera que a inclusão desses itens representa o esforço para criar um novo conceito de saúde. Para ele, “sem esse conjunto de direitos, não se pode falar em saúde do cidadão. São exatamente esses direitos que garantem a saúde da população”. O projeto de Emenda avança também no saneamento do organismo administrativo estatal responsável pela formulação da política de saúde, propondo sua redefinição e sugerindo a criação de um sistema unificado, a partir dos princípios de descentralização, hierarquização e regionalização.

Com isso, todos os órgãos públicos e ministérios envolvidos com qualquer um dos níveis de assistência à saúde seriam fundidos em uma única entidade,

que passaria a coordenar inclusive a distribuição de recursos. Saraiva afirma que “o Estado gasta pouco hoje com a saúde pública. Há vários problemas, como a pulverização dos recursos entre várias entidades, o que agrava ainda mais o problema da falta de investimentos de peso. É fundamental que se crie um Sistema Nacional de Saúde unificado, com um ministério só, para evitar o paralelismo de ações.

Como evidência dessa distorção, Saraiva menciona o caso da Previdência Social, que teve sua função original desvirtuada em função da própria pressão da sociedade. “a partir de 1923, a Previdência deixou de cuidar exclusivamente dos benefícios como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-maternidade e outros, para financiar também a prevenção, promoção e assistência à saúde. O resultado disso é que os investimentos do Estado em saúde propriamente dita vêm exclusivamente da Previdência e numa proporção menor que os demais investimentos”. Em resumo: a Plenária considera que os recursos da Previdência, originários de contribuição dos trabalhadores, estão sendo usados para financiar a saúde, com o Estado eximindo-se dessa responsabilidade.

Para corrigir isso, o projeto de Emenda propõe, no parágrafo 1º do artigo 7º a fixação de 13 por cento das receitas fiscais da União, Estados, Municípios e Distrito Federal para investimentos em saúde, a cada ano. Nas disposições transitórias, a Plenária estipula que a Previdência Social reparta melhor o bolo dos seus recursos, destinando 45% da contribuição patronal para o Fundo Nacional da Saúde. Em outro item, sugere que os recursos da Previdência carreados para o Fundo Nacional de Saúde “serão gradualmente substituídos por outras fontes, a partir do momento em que o gasto nacional em saúde alcance o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto”.

Propostas condenam lucro fácil

As propostas da plenária pretendem alterar substancialmente a atuação das empresas privadas na área da saúde, diminuindo sua interferência por considerar que sua atuação tem sido pautada preferencialmente pela busca do lucro, sem maiores preocupações sociais. Os números exibidos por Carlos Saraiva atestam que as empresas detêm 100 mil dos 420 mil leitos hospitalares existentes no País, o que representa o seu controle sobre “mais de 4 mil dos cerca de 6 mil hospitais que nós temos”.

Esses números levam-no a rejeitar a idéia de estatização imediata de todo o sistema de saúde do País, defendida por algumas entidades sindicais de trabalhadores no setor. “estatização imediata não dá. É preciso, sim, tomar medidas para fazer com que a preocupação social, e não o lucro, seja a base da ação das empresas, até que o Estado consiga bancar integralmente a assistência à saúde”.

O dirigente sindical afirma que “lucro, em saúde, é muito perigoso”, utilizando “as fraudes praticadas contra o Inamps” como evidência da sua

máxima. Ele diz que é essencial evitar que o Estado continue destinando seus recursos a empresas privadas e defende modificações também no conceito de entidades filantrópicas, que gozam de total isenção de impostos: “Nós temos exemplos de empresas e de entidades que gozam desse privilégio, apesar de terem lucros fantásticos. Temos os hospitais da Santa Casa e a Golden Cross, que ainda hoje é considerada uma instituição filantrópica, gozando, portanto, de isenção de impostos”.

O projeto de Emenda prevê mudanças no sistema de contratação das empresas privadas para prestação de serviços na área da saúde, através da adoção “de um contrato de direito público”, que seria reservado exclusivamente às instituições sem fins lucrativos. Para evitar a ocorrência de casos como o da Golden Cross, acrescenta Saraiva, uma lei complementar definirá os parâmetros para que uma entidade sem fins lucrativos possa ser enquadrada nesse item.

O projeto proíbe, nas duas disposições transitórias, a transferência, nos próximos 10

anos, de quaisquer recursos públicos às instituições com fins lucrativos na assistência à saúde. Abre espaço para a participação de entidades de trabalhadores nos órgãos públicos de fiscalização das medidas de proteção, segurança e higiene no trabalho. E garante ao Estado o direito de “intervir, desapropriar ou expropriar os serviços de natureza privada necessária ao alcance dos objetivos da política nacional de saúde”.

Um outro item igualmente explosivo: a reserva exclusiva para o Estado do direito de “importação de matéria-prima química-farmacêutica”, com a organização de “um sistema estatal de produção e distribuição, sob o princípio da soberania nacional, de componentes farmacêuticos básicos, medicamentos, produtos químicos, biotecnológicos, odontológicos, sangue e homoderivados (...)”. O objetivo, explica Carlos Saraiva, é evitar o jogo das empresas multinacionais do setor, que, por razões econômicas, “retiram e colocam medicamentos no mercado, sem nenhuma preocupação social”.

Organizadores garantem ônibus

A Plenária pretende transformar o ato de hoje na primeira de uma série de medidas de pressão para garantir que a sua proposta de Emenda prevaleça sobre outras que venham a ser encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte. Para garantir uma manifestação expressiva, a coordenação do movimento garantirá ônibus para o transporte dos servidores da saúde lotados nos hospitais regionais do Gama, Taguatinga, Ceilândia, Planaltina, Sobradinho, da Asa Sul, Asa Norte e do

Hospital de Base. Os ônibus sairão às 15h.

A coleta de assinaturas já foi iniciada em alguns Estados e terá o seu ponto culminante no próximo dia 11, programado para ser o Dia Nacional de Coleta de Assinaturas, segundo informou Jacinta de Fátima, secretária-executiva da Plenária. Para garantir a coleta das assinaturas no prazo mais curto possível, a entidade conta com o trabalho de sindicatos, federações, associações, plenárias regionais e outras entidades de

trabalhadores da saúde ou aglutinadoras de várias formas de movimentos populares.

A proposta de Emenda foi aprovada na reunião ocorrida no dia 13 passado, em Brasília, a partir de um conjunto de proposições trazidas por vários representantes das entidades aglutinadas no Plenário. Entre as centrais sindicais, a CUT e a CGT subscrevem a proposta. Entre os partidos políticos, quatro de esquerda: PCB, PC do B, PT e PSB.